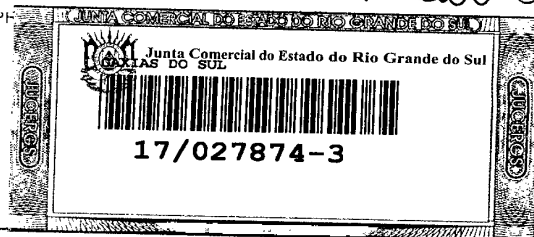




Secretaria da Micro e Pequena Empresa da Presidência da República  
Secretaria de Racionalização e Simplificação  
Departamento de Registro Empresarial e Integração

Nº DO PI



NIRE (da sede ou filial, quando a sede for em outra UF)

**43202949848**

Código da Natureza Jurídica

**2062**

Nº de Matrícula do Agente Auxiliar do Comércio

## 1 - REQUERIMENTO

ILMO. SR. PRESIDENTE DA JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

NOME: **CADERODE MÓVEIS PARA ESCRITÓRIO LTDA**

(da Empresa ou do Agente Auxiliar do Comércio)

requer a V.Sª o deferimento do seguinte ato:

07 FEV. 2017

Nº FCN/RE



RS2201700884086

Nº DE CÓDIGO CÓDIGO  
VIAS DO ATO DO EVENTO QTDE DESCRIÇÃO DO ATO / EVENTO

1	002			ALTERAÇÃO
		021	1	ALTERAÇÃO DE DADOS (EXCETO NOME EMPRESARIAL)
		051	1	CONSOLIDAÇÃO DE CONTRATO/ESTATUTO
		025	2	EXTINÇÃO DE FILIAL NA UF DA SEDE

Representante Legal da Empresa / Agente Auxiliar do Comércio:

**FLORES DA CUNHA - RS**

Local

Nome: VANDERLEI ANDREA DONDE

Telefone de Contato: (51) 3292-8700

Assinatura: \_\_\_\_\_

16 Janeiro 2017

Data

## 2 - USO DA JUNTA COMERCIAL

☐ DECISÃO SINGULAR

Nome(s) Empresarial(ais) igual(ais) ou semelhante(s):

☐ SIM

(JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL)

CERTIFICO O REGISTRO EM: 20/02/2017 SOB Nº: 4406745

Protocolo: 17/027874-3, DE 23/01/2017

Empresa: 43 2 0294984 8  
CADERODE MÓVEIS PARA  
ESCRITÓRIO LTDA

CLEVERTON SIGNOR  
SECRETÁRIO-GERAL

☒ NÃO 26 JAN 2017 Bruno  
Data Responsável

☒ NÃO 07 FEV 2017 Rafael  
Data Responsável

Responsável

DECISÃO SINGULAR

☒ Processo em exigência. (Vide despacho em folha anexa)

☒ Processo deferido. Publique-se e archive-se.

☐ Processo indeferido. Publique-se.

2ª Exigência

3ª Exigência

4ª Exigência

5ª Exigência



Data

Responsável

DECISÃO COLEGIADA

☐ Processo em exigência. (Vide despacho em folha anexa)

☐ Processo deferido. Publique-se e archive-se.

☐ Processo indeferido. Publique-se.

2ª Exigência

3ª Exigência

4ª Exigência

5ª Exigência



Data

Vogal

Vogal

Vogal

OBSERVAÇÕES

VIA ÚNICA

3 DBE'S

RS 3231 6478 00366 257 000161

RS 0141 2416 00366 257 000242

Amado

RS 8608 4734 00366 257 000595

V2 OK

up

A Junta Comercial do Estado do Rio Grande do Sul certifica que o documento protocolizado sob o nº 17/027874-3, referente à empresa CADERODE MÓVEIS PARA ESCRITÓRIO LTDA, NIRE 4320294984-8, foi deferido e arquivado sob o nº 4406745, em 20/02/2017. A validação deste documento poderá ser feita no site desta Junta Comercial - <http://www.jucergs.rs.gov.br>, informe o nº do protocolo e sua chave de segurança MRKHV. Este documento foi autenticado e assinado digitalmente em 22/02/2017 às 08:42, por Cleverton Signor – Secretário Geral.

**10ª ALTERAÇÃO E CONSOLIDAÇÃO CONTRATUAL**

**CADERODE MÓVEIS PARA ESCRITÓRIO LTDA.**

**Rodovia VRS 814, Km 0,3, nº 300  
Flores da Cunha - RS - CEP 95.270-000  
CNPJ: 00.366.257/0001-61  
NIRE: 43202949848**

**VANDERLEI ANDREA DONDE**, brasileiro, nascido em 26/10/1968, casado em regime de comunhão parcial de bens, industrial, residente e domiciliado na Rua Dr. Montauray, nº 726, Apto 57, Bairro Centro, na cidade de Flores da Cunha, CEP 95.270-000, Estado do Rio Grande do Sul, inscrito no CPF sob o nº 450.033.780-68 e com Cédula de Identidade sob o nº 8030912871 expedida pela SSP/RS em 13 de setembro de 2007;

**VALDEZIR DONDE**, brasileiro, nascido em 02/11/1964, casado em regime de comunhão universal de bens, industrial, residente e domiciliado na Rua Dom Finotti, nº 315, Apto 501, Bairro Centro, na cidade de Flores da Cunha, CEP 95.270-000, Estado do Rio Grande do Sul, inscrito no CPF sob o nº 450.034.320-20 e com Cédula de Identidade sob o nº 7027274591 expedida pela SJS/RS, em 05 de junho de 1998; e

**VOLNEI ANDREA DONDE**, brasileiro, nascido em 17/11/1970, casado em regime de comunhão universal de bens, industrial, residente e domiciliado na Rua Heitor Curra, nº 3441, Bairro União, na cidade de Flores da Cunha, CEP 95.270-000, Estado do Rio Grande do Sul, inscrito no CPF sob o nº 495.097.990-68 e com Cédula de Identidade sob o nº 1039573991 expedida pela SJS/RS em 02 de abril de 2005;

Sócios componentes da sociedade que gira sob a firma social de “**CADERODE MÓVEIS PARA ESCRITÓRIO LTDA.**”, com sede na Rodovia VRS 814, Km 0,3, nº 300, na cidade de Flores da Cunha - RS, CEP 95.270-000, com Contrato Social arquivado e registrado na MM Junta Comercial do Rio Grande do Sul sob o nº 43202949848 em 23/12/1994, e posteriores alterações sendo a última de nº 3901140 em 20 de janeiro de 2014, inscrita no CNPJ sob o nº 00.366.257/0001-61, resolvem, alterar e consolidar o Contrato Social e o fazem mediante as seguintes cláusulas:

**I - DA EXTINÇÃO DO ESTABELECIMENTO FILIAL I**

Extingue-se o estabelecimento filial denominado **Filial I** - está situada na Rodovia VRS 814, Km 2, s/nº, na cidade de Flores da Cunha - RS, CEP 95.270-000, com NIRE 43901205988 e CNPJ 00.366.257/0002-42.

**II - DA EXTINÇÃO DO ESTABELECIMENTO FILIAL IV**

Extingue-se o estabelecimento filial denominado **Filial IV** - situada na Rua Luiz José Pedron, nº 17, Loteamento Família Sonda, na cidade de Flores da Cunha - RS, CEP 95.270-000, com NIRE 43901718969 e CNPJ 00.366.257/0005-95.

### III - DA ALTERAÇÃO DO OBJETIVO DA SOCIEDADE

O objetivo social da empresa será a fabricação de móveis com predominância de madeira (CNAE 31.01-2-00), fabricação de móveis com predominância de metal (CNAE 31.02-1-00), serviços de montagem de móveis de qualquer material (CNAE 3329-5/01) e o aluguel de móveis (CNAE 77.29-2-02).

### IV - DA CONSOLIDAÇÃO DO CONTRATO SOCIAL

#### I - DA DENOMINAÇÃO SOCIAL

A presente sociedade girará sob firma social de **CADERODE MÓVEIS PARA ESCRITÓRIO LTDA.**

#### II - DA SEDE E FORO JURÍDICO

**Matriz** - a sede e foro jurídico da sociedade estarão situados na Rodovia VRS 814, Km 0,3, nº 300, na cidade de Flores da Cunha - RS, CEP 95.270-000, onde serão tratados todos os assuntos "ad-judicia", podendo a administração, por ato próprio, abrir, fechar, transferir, suprimir filiais, postos de atendimento e escritórios em qualquer ponto do Território Nacional e exterior, desde que a expansão assim o exigir.

**Filial II** - está situada na Rodovia VRS 814, Km 0,3, nº 581, Pavilhão 06, na cidade de Flores da Cunha - RS, CEP 95.270-000.

**Filial III** - situada na Rodovia VRS 814, Km 2, nº 200, Linha Cem, na cidade de Flores da Cunha - RS, CEP 95.270-000.

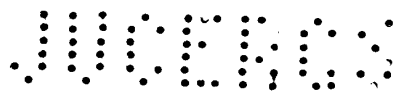
### III - DO OBJETIVO DA SOCIEDADE

O objetivo social da empresa será a fabricação de móveis com predominância de madeira (CNAE 31.01-2-00), fabricação de móveis com predominância de metal (CNAE 31.02-1-00), serviços de montagem de móveis de qualquer material (CNAE 3329-5/01) e o aluguel de móveis (CNAE 77.29-2-02).

### IV - DO CAPITAL SOCIAL

O Capital Social totalmente integralizado em moeda corrente nacional é de R\$ 4.000.000,00 (Quatro milhões de reais), divididos em 4.000.000 (Quatro milhões) quotas de unitário R\$ 1,00 (Hum real) cada, ficando assim distribuídos entre os sócios:

Nome	Nº Quotas	Total (R\$)	Percentual
Vanderlei Andréa Donde	1.360.000	1.360.000,00	34,00 %
Valdezir Donde	1.320.000	1.320.000,00	33,00 %
Volnei Andréa Donde	1.320.000	1.320.000,00	33,00 %
<b>Total</b>	<b>4.000.000</b>	<b>4.000.000,00</b>	<b>100,00%</b>



## V - DA RESPONSABILIDADE DOS SÓCIOS

A responsabilidade de cada sócio é restrita ao valor de suas quotas, mas todos respondem solidariamente pela integralização do Capital Social.

## VI - DO PRAZO DE DURAÇÃO E INÍCIO DE ATIVIDADES

O prazo de duração da sociedade será por tempo indeterminado, iniciando as atividades em 23 de dezembro de 1994.

## VII - DA ADMINISTRAÇÃO E REPRESENTAÇÃO

A administração da presente sociedade caberá aos sócios **VANDERLEI ANDREA DONDE**, **VALDEZIR DONDE** e **VOLNEI ANDREA DONDE**, autorizado o uso do nome empresarial, vedado, no entanto, em atividades estranhas o interesse social ou assumir obrigações seja em favor de qualquer quotista ou de terceiros, bem como onerar ou alienar bens imóveis da sociedade, sem autorização do outro sócio.

## VIII - PODERES DA REPRESENTAÇÃO

Caberá aos Administradores, em conjunto ou separadamente, os poderes e atribuições de:

1. Representar a sociedade, ativa e passivamente, judicialmente ou extrajudicialmente;
2. Gerir e administrar todos os negócios e interesses sociais e comerciais da sociedade;
3. Operar em nome da sociedade com todos os estabelecimentos de crédito, abrir, movimentar e liquidar contas, aceitar, endossar, emitir e protestar cheques, duplicatas, letras de câmbio e/ou notas promissórias;
4. Negociar, caucionar, dar duplicatas e/ou quaisquer outros títulos de crédito em garantia, assinando os respectivos títulos propostas e contratos;
5. Representar a sociedade perante terceiros e quaisquer repartições públicas federais, estaduais, municipais, suas autarquias, sociedades de economia mista, empresas públicas e/ou fundações;
6. Praticar os atos administrativos da sociedade;
7. Apenhar, hipotecar, caucionar, alienar, permutar, doar, vender, prometer vender o/ou onerar ou alienar de qualquer outra forma bens imóveis integrantes do patrimônio da sociedade;
8. Constituir mandatários "ad negocia" e "ad judicia", para a prática de qualquer dos atos privativos de diretores.

## IX - DAS DELIBERAÇÕES DOS SÓCIOS

As deliberações dos sócios serão tomadas em reunião, observadas as seguintes formalidades:

1. As reuniões serão convocadas pelos administradores ou pelos sócios em igualdade de condições;
2. Os sócios deverão ser convocados pessoalmente, por escrito, mediante recibo, com prazo de antecedência de 05 (cinco) dias em primeira convocação e de 03 (três) dias em segunda convocação;

3. A primeira via da convocação ficará na posse do sócio e a segunda, devidamente assinada, será arquivada na sociedade;
4. A convocação deverá conter: hora, dia, ano, ordem do dia e local a reunião.
5. Independentemente das formalidades previstas neste artigo, será considerada regular reunião a que comparecerem todos os sócios, ou se estes se declararem, por escrito, cientes do local, data, hora e ordem do dia;
6. Dos trabalhos e deliberações será Lavrada Ata, de forma sumária, em livro de folhas soltas, (em duplicata), que será assinada por tantos quantos bastem à validade das deliberações. Deverão ainda, os presentes deliberar, conforme a matéria tratada e obedecendo as disposições legais, se a Ata será ou não levada a registro na Junta Comercial;
7. Em caso de dissidência ou recusa em receber a convocação, a mesma será feita por notificação extrajudicial, cabendo as custas da diligência àquele que recusar o recebimento da notificação.

**§ Único**– dispensam-se as formalidades de reunião quando em alterações contratuais ou demais deliberações, todos os sócios decidirem por escrito a matéria.

#### **X - DA DISSOLUÇÃO DA SOCIEDADE**

A sociedade entrará em liquidação nos casos previstos em lei, ou por deliberação da totalidade do Capital Social, que também designará os liquidantes e fixará as normas e condições que deverão orientar a execução.

**§ Único** – Findada a liquidação e saldado o passivo, o patrimônio que permanecer será distribuído entre os quotistas, na proporção de suas quotas sociais.

#### **XI - DAS RETIRADAS DE PRÓ-LABORE**

Os sócios que exercerem atividades na empresa tem direito à uma retirada mensal a título de pró-labore a ser fixado de comum acordo.

#### **XII - DO EXERCÍCIO SOCIAL**

Ao término de cada exercício social, em 31 de dezembro, o administrador prestará contas justificadas de sua administração, procedendo a elaboração do inventário, do balanço patrimonial e do balanço de resultado econômico, cabendo aos sócios, na proporção de suas quotas, os lucros ou perdas apurados.

**§ Único** – Nos quatro meses seguintes ao término do exercício social, os sócios deliberarão sobre as contas e designarão administrador(es) quando for o caso.

#### **XIII - DA RETIRADA DOS SÓCIOS**

O sócio que desejar retirar-se da sociedade, comunicará aos outros por escrito, oferecendo-lhe preferência, para que num prazo de 60 (sessenta) dias, os mesmos se pronunciem. Se não interessar aos sócios a aquisição das quotas, então o sócio que deseja se retirar, poderá vendê-la à terceiros.

#### XIV - RESTRIÇÃO AO USO DA FIRMA SOCIAL

O emprego da firma social é vedado em avais, abonos, endossos, de favor, ou em qualquer outra espécie de alienação estranhos aos negócios da Sociedade.

#### XV - DA TRANSFERÊNCIA DE QUOTAS

As quotas da sociedade são indivisíveis e não poderão ser cedidas ou transferidas sem o expresse consentimento da sociedade, cabendo, em igualdade de preços e condições, o direito de preferência ao sócio que queira adquiri-las, caso algum quotista vender as que possui.

#### XVI - NO CASO DE FALECIMENTO DE UM DOS SÓCIOS

A morte, exclusão ou retirada de qualquer um dos sócios não acarretará a dissolução da sociedade. Na hipótese de falecimento, os herdeiros do “de cujos”, de comum acordo, exercerão o direito à quota; entretanto, não havendo interesse destes em particular da sociedade, os sócios remanescentes pagarão aos herdeiros do falecido a sua quota parte do capital e a parte do lucro líquido que deverá ser apurado em Balanço Patrimonial na data do evento.

§ Único- Caso os herdeiros ou sucessores do sócio falecido, incapacitado ou separado judicialmente, não sejam quotistas da sociedade, poderão ingressar na mesma, observando-se o que for decidido na partilha do espólio ou partilha de bens, desde que comuniquem aos demais sócios essa intenção, contra o recibo, no prazo de 30 (trinta) dias a contar da data da partilha, desde que os demais sócios aceitem essa participação.

#### XVII- DAS DISPOSIÇÕES GERAIS E TRANSITÓRIAS

A Sociedade a qualquer momento, pela vontade dos sócios, poderá modificar, alterar o tipo jurídico da sociedade, bem como incorporar-se, fundir-se, desde que hajam condições e requisitos legais, arquivando os respectivos instrumentos a MM Junta Comercial do Estado.

§ Primeiro - Os casos omissos no presente instrumento, serão solucionados observando-se as normas, regras e costumes atinentes às sociedades mercantis e nas sociedades limitadas e supletivamente pelas normas da sociedade anônima.

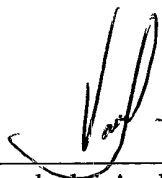
§ Segundo - As dúvidas ou divergências suscitadas entre os componentes, a menos que não possam ser sanadas ou dirimidas amigavelmente, serão solucionadas na justiça competente e no foro da sociedade.

§ Terceiro - Os administradores declaram, sob as penas da lei, que não estão impedidos de exercer a administração da sociedade, por lei especial, ou em virtude de condenação criminal, ou por se encontrarem sob os efeitos dela, a pena que vede, ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos; ou pro crime falimentar, de prevaricação, peita ou suborno, concussão, peculato, ou contra a economia popular, contra o sistema financeiro nacional, contra as normas de defesa de concorrência, contra as relações de consumo, fé pública, ou a propriedade.

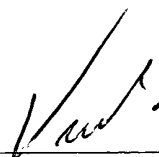
1100005

E por estarem assim justos e contratados, assinam o presente instrumento particular de Constituição em via única na presença de duas testemunhas que também assinam, promovendo-se a seguir o registro e arquivamento na MM Junta Comercial do Estado do Rio Grande do Sul.

Flores da Cunha - RS, 14 de Dezembro de 2016.

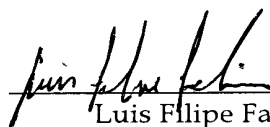
  
Vanderlei Andréa Donde

  
Valdezir Donde

  
Volnei Andréa Donde

Testemunhas:

  
Karina Crema  
CPF nº 949.735.630-72

  
Luis Filipe Fachin  
CPF nº 003.435.719-00

(JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL)

CERTIFICO O REGISTRO EM: 20/02/2017 SOB Nº: 4406745

Protocolo: 17/027874-3, DE 23/01/2017

Empresa: 43 2 0294984 8  
CADERODE MÓVEIS PARA  
ESCRITÓRIO LTDA



CLEVERTON SIGNOR  
SECRETÁRIO-GERAL

JUCERGS

JUCERGS

